

CLASSE 100. ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO

A classe **100 Ordenamento jurídico e normativo** é relativa à construção e interpretação das Normas, no sentido lato do termo (com e sem carácter coercivo): elaboração, aprovação e publicitação dos atos de carácter dispositivo e de carácter orientador que regulam as ações e relações entre os diversos atores sociais – da legislação aos regulamentos, regras internas de funcionamento, instruções procedimentais e normas técnicas.

Inclui os processos de vinculação do Estado português a convenções internacionais, bem como os avisos relativos à vinculação dos restantes Estados-parte naquelas convenções.

Inclui duas classes de 2º nível:

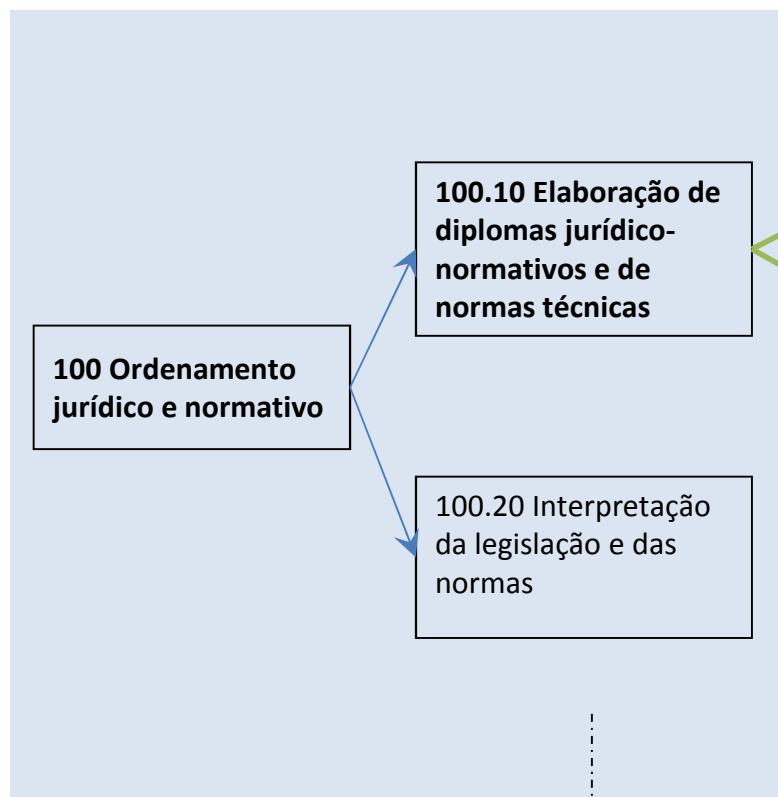
100.10 Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas;

100.20 Interpretação da legislação e das normas.

100 ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO

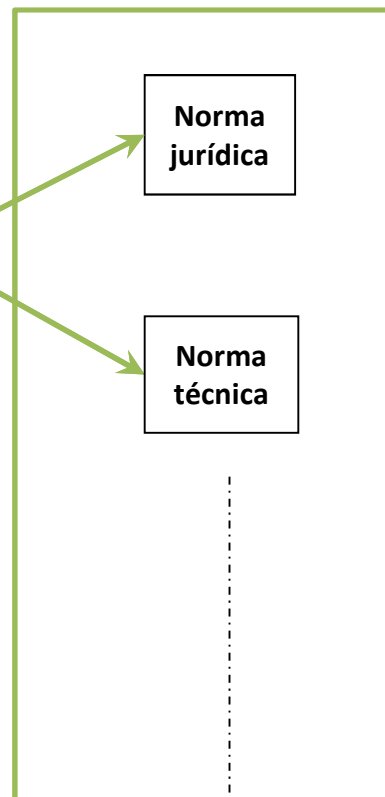
100.10 Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas

MEF – Macroestrutura Funcional



Subdivisão funcional

Mapa conceitual

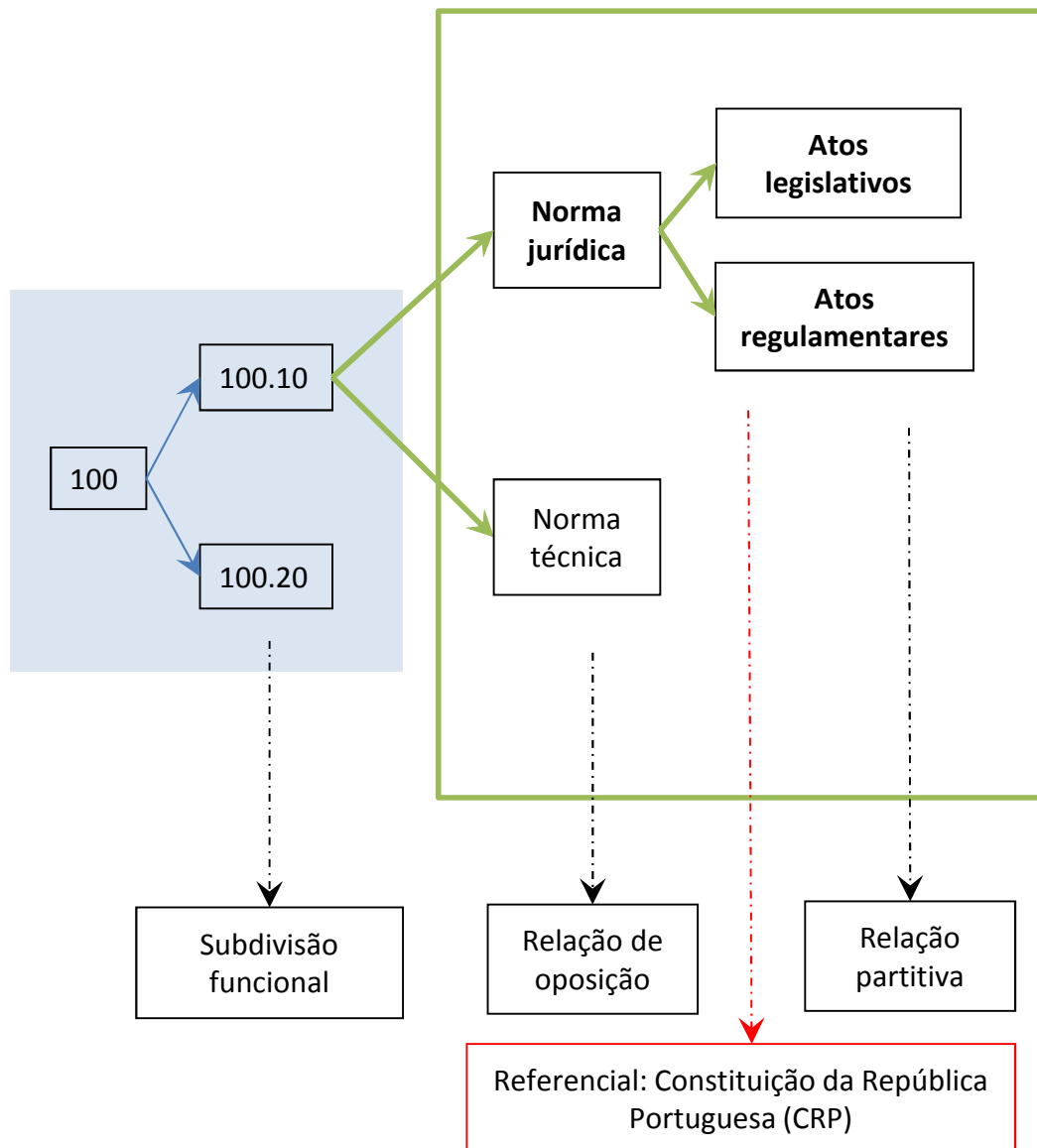


Relação de oposição

Na primeira partição da classe **100.10 Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas**, surgiram dois ramos distintos, criados numa relação de oposição (contrariedade), **Norma jurídica** e **Norma técnica**.

MEF

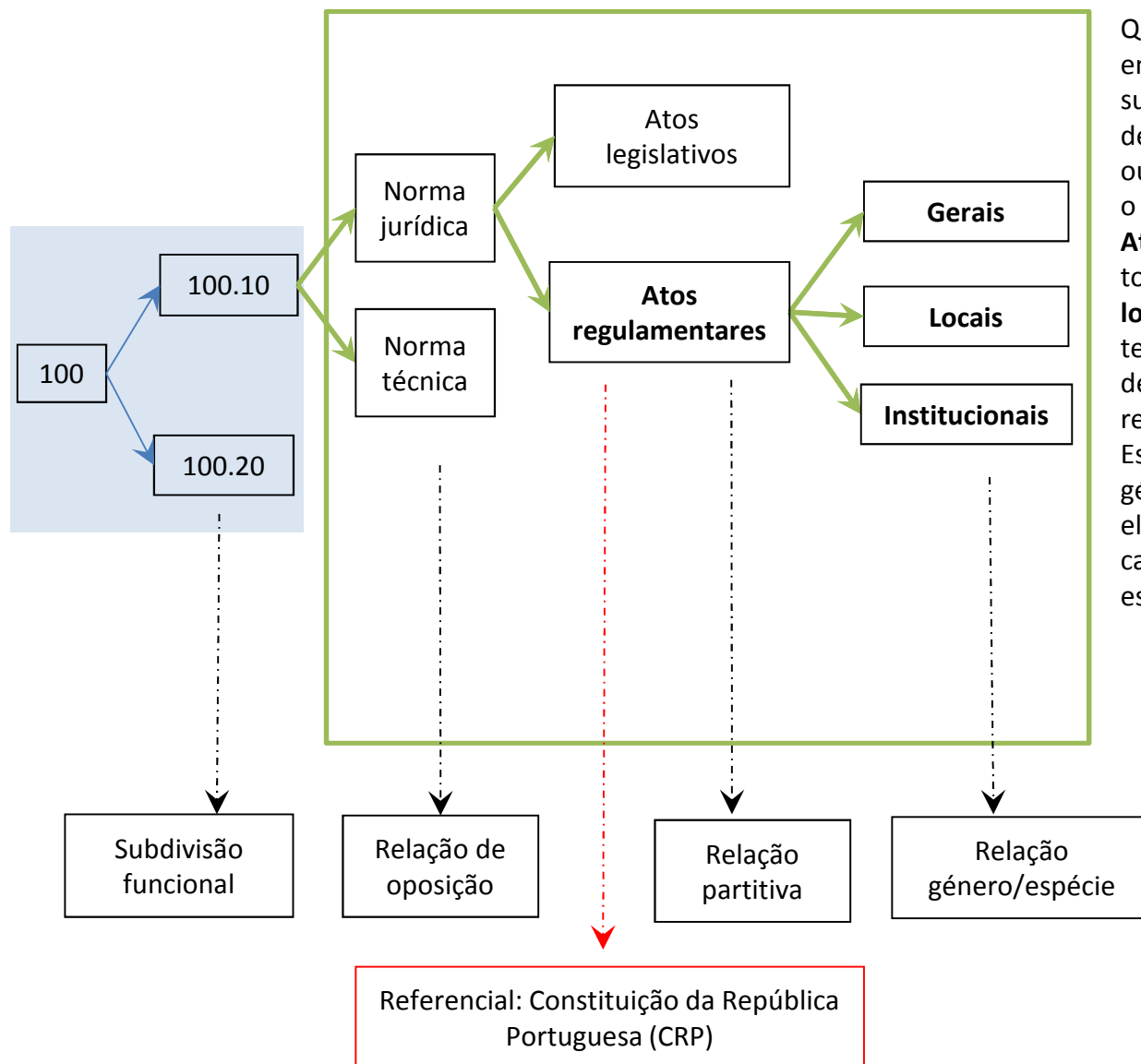
Mapa conceptual



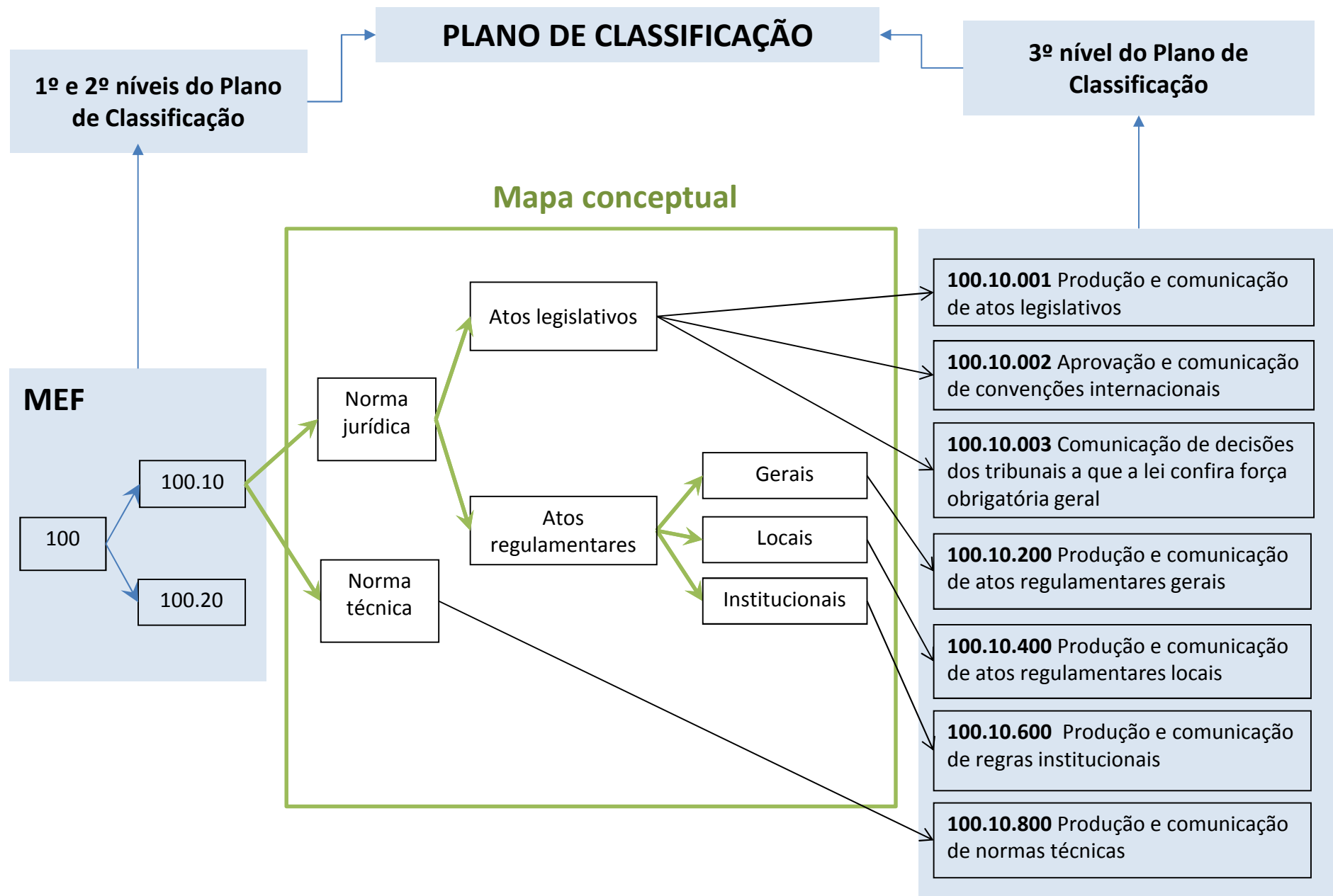
Em relação ao primeiro dos braços, **Norma jurídica**, tornou-se necessário distinguir as várias normas jurídicas com base no critério definido no art.º 112.º da Constituição da República Portuguesa, ou seja, a elaboração de **Atos legislativos** e de **Atos regulamentares**. Estabeleceu-se uma relação partitiva, em que as duas partes se completam.

MEF

Mapa conceptual



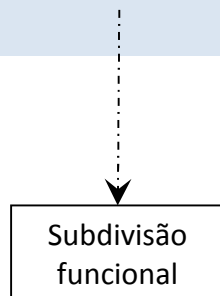
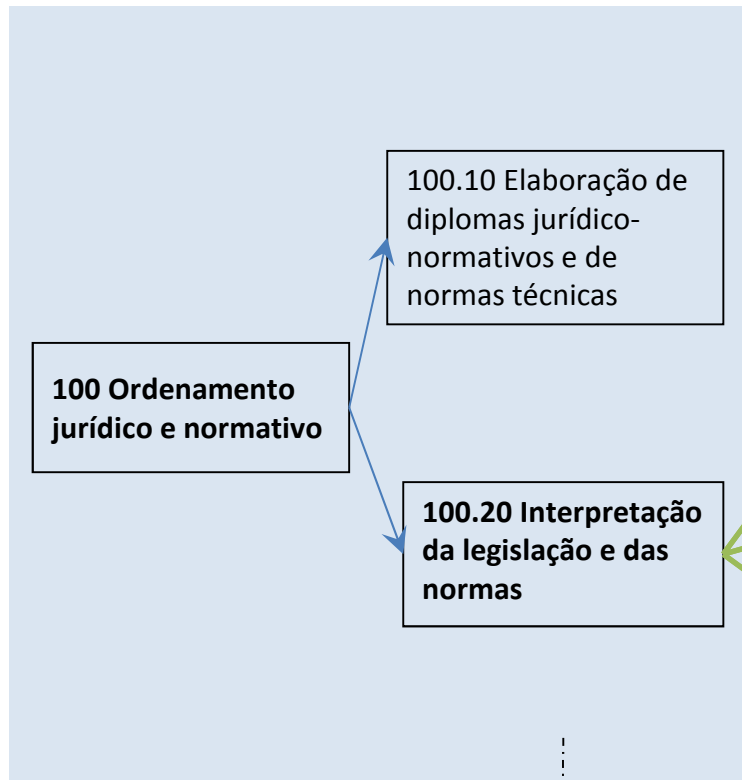
Quanto à subdivisão, **Atos regulamentares**, entendeu-se que, quer pelo nível de intervenção na sua elaboração (donos ou participantes no processo de elaboração), quer pelo caráter de eficácia externa ou interna, deveriam ser subdivididos de acordo com o seu âmbito de aplicação, ou seja, a elaboração de **Atos regulamentares gerais** (destinados a vigorar em todo o território nacional), de **Atos regulamentares locais** (cujo domínio de aplicação é limitado ao território sob a jurisdição de uma autarquia local) e de **Atos regulamentares institucionais** (atos regrentes do funcionamento de uma instituição). Estabeleceu-se, assim, uma relação de género/espécie, em que se considerou que todos os elementos possuíam características idênticas, mas cada um possuía uma característica que o tornava específico.



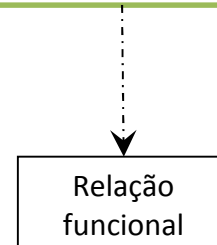
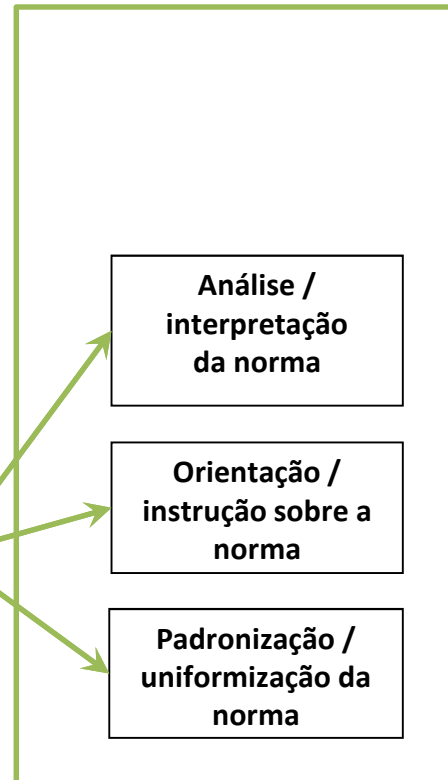
100 ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO

100.20 Interpretação da legislação e das normas

MEF Macroestrutura Funcional



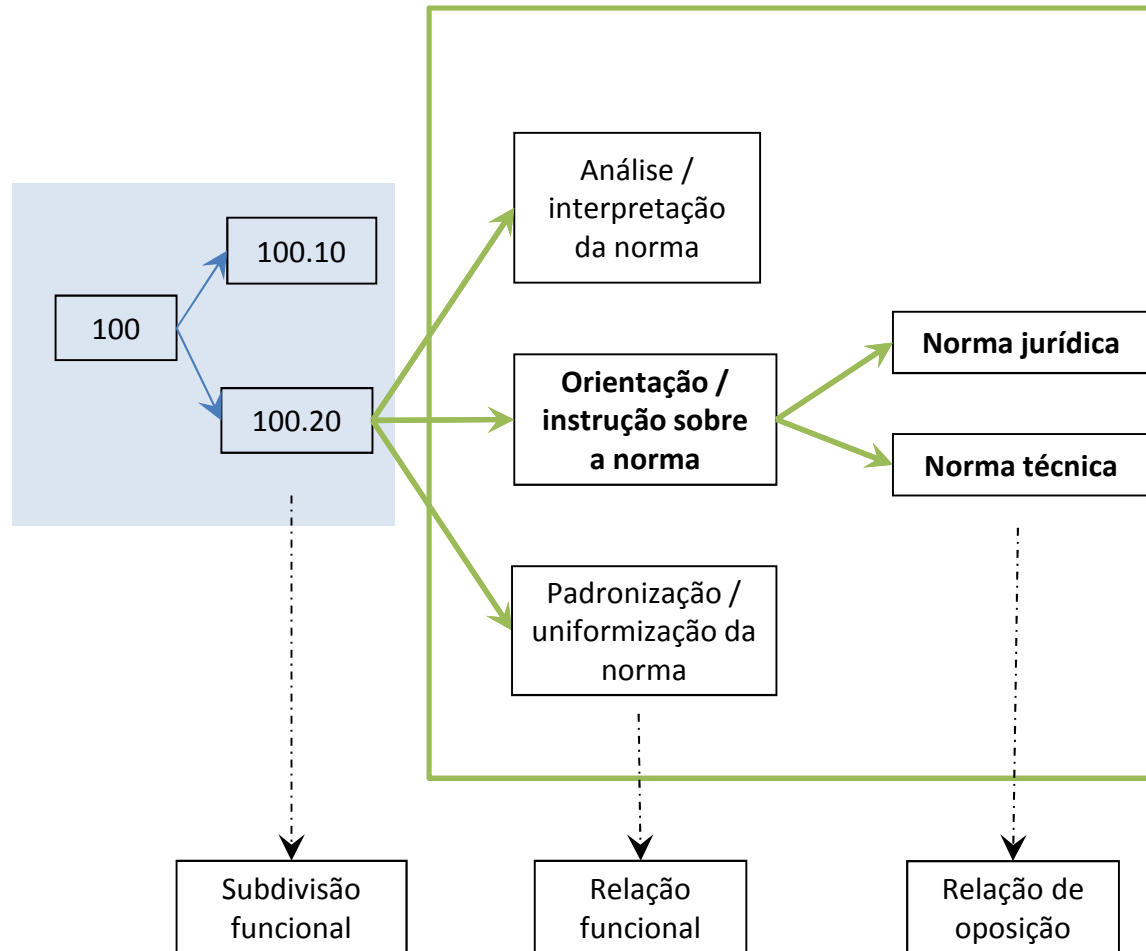
Mapa conceitual



Na partição da classe **100.20 Interpretação da legislação e das normas**, e na definição de um modelo conceitual, entendeu-se estabelecer uma relação funcional, tendo como base as diferentes ações que podem derivar da interpretação da legislação e das normas. Desta forma, foram identificadas as seguintes ações: a **Análise / Interpretação da norma**; a **Orientação / Instrução sobre a norma**; e a **Padronização/Uniformização da norma**. Estabeleceu-se uma relação funcional.

MEF

Mapa conceitual



No que diz respeito à segunda das ações identificadas, a **Orientação / Instrução sobre a norma**, houve ainda a necessidade de diferenciá-las, seguindo um princípio de oposição, entre as orientações / instruções sobre **Norma jurídica** e as orientações / instruções sobre **Norma técnica**.

